

ANEXO Nº V

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

1 **Definições:** Os seguintes termos e/ou expressões terão os significados abaixo indicados:

- a) **Autoridade Certificadora – AC:** entidade autorizada a emitir, a gerenciar e a revogar certificados digitais;
- b) **Autoridade de Registro – AR:** entidade vinculada a uma AC, a qual funciona como intermediária entre os solicitantes de certificados digitais e a AC, cabendo-lhe aprovar ou rejeitar as solicitações de emissão e revogação de certificados digitais;
- c) **Agente de Registro – AGR:** Pessoa responsável pela execução das atividades inerentes à AR. É a pessoa que realiza a validação e a verificação da solicitação de certificados;
- d) **Titular:** pessoa natural ou jurídica para quem o certificado é emitido, detentor da capacidade e do direito de utilização da Chave Privada correspondente à Chave Pública contida no certificado digital;
- e) **Termo de Titularidade e Responsabilidade:** instrumento firmado entre o Titular de um certificado digital de pessoa natural ou entre o responsável pelo certificado digital cujo Titular seja uma pessoa jurídica e uma Autoridade de Registro, estabelecendo seus direitos e obrigações;
- f) **Certificado Digital:** é um documento eletrônico assinado digitalmente por uma terceira parte confiável, que associa uma entidade (pessoa, processo, servidor) a uma chave pública. Um certificado digital contém os dados de seu titular, tais como nome, e-mail, CPF, chave pública, nome e assinatura da Autoridade Certificadora que o emitiu.
- g) **Instalações Técnicas:** Ambiente físico de uma **AR**, cujo funcionamento foi devidamente autorizado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), onde são realizadas as atividades de validação e verificação da solicitação de certificados. No caso da **ECT** são as Agências de Correios Credenciadas.

2 **Objeto:**

2.1 O presente Anexo tem por objeto a atuação da **ECT** como Autoridade de Registro, nos termos do convênio com o SERPRO e em conformidade com o disposto na legislação da ICP-Brasil. A atuação como AR consiste em:

- a) Confirmar a identidade do titular ou do responsável pelo certificado: processo realizado mediante a presença física do interessado (validação presencial), com base em documentos de identificação legalmente aceitos;
- b) Validar a solicitação de certificado: conferência dos dados da solicitação de certificado com os constantes dos documentos apresentados pelo titular, necessários à autenticação da identidade de um indivíduo ou de uma organização;
- c) Aprovar a solicitação de certificado: confirmação da validação realizada e da liberação da emissão do certificado no sistema da AC.

2.2 Os certificados digitais a serem emitidos, objeto do presente Anexo, são os especificados no Apenso I.

3 Obrigações da Contratante:

3.1. Apresentar o cartão de postagem durante o atendimento.

3.1.1. O cartão de postagem é de inteira responsabilidade da **Contratante**;

3.1.2. O cartão de postagem identificará somente a empresa, e, por meio dele o solicitante estará autorizado pela **Contratante** a receber o atendimento nas instalações técnicas dos Correios, para autorização da emissão de seu certificado digital;

3.1.3. O cartão de postagem não conterá os dados pessoais do solicitante do certificado digital.

3.2. Definir, em comum acordo com a **ECT**, as instalações técnicas, no âmbito estadual, onde a **ECT** atua como AR;

3.3. Realizar a solicitação do certificado digital e emitir o Termo de Titularidade no sítio dos Correios (http://www.correios.com.br/produtos_servicos/certificacaoDigital/default.cfm), em duas vias, atentando para as instruções contidas no próprio sítio;

3.4. Orientar os empregados/funcionários a apresentarem, no ato do registro, os documentos exigidos pela ICP-Brasil, relacionados no sítio dos Correios http://www.correios.com.br/produtos_servicos/certificacaoDigital/documentacao.cfm, para autorização da emissão dos certificados digitais;

3.5. Não realizar qualquer tipo de atualização de software ou hardware no computador, utilizado para a solicitação do certificado e emissão do Termo de Titularidade até a baixa final do certificado digital;

3.6. Não assinar as vias do Termo de Titularidade antes da análise e deferimento do Agente de Registro, no ato do registro;

3.7. Notificar à **ECT**, diretamente à instalação técnica responsável pelo registro, quando houver modificação no agendamento ou na quantidade de registros.

4 Obrigações da ECT:

4.1 Fornecer previamente à **Contratante**:

4.1.1 Informações e orientações necessárias ao cumprimento do estabelecido no item 2 deste Anexo, e do Contrato do qual este Anexo faz parte;

4.1.2 Cartão de postagem;

4.1.3 Tabelas de Preços relativas aos certificados digitais previstos neste Anexo e respectivas atualizações;

4.2 Definir, em comum acordo com a **Contratante**, as localidades, no âmbito estadual, onde a **ECT** atua como AR;

4.3 Atuar como AR, conforme descrito no item do objeto deste Anexo, em local e horário previamente acordados com a **Contratante**;

4.4 Reagendar, sem ônus para a **Contratante**, novo atendimento quando da impossibilidade de baixa por parte do empregado/funcionário da **Contratante** devido a problemas ocasionados comprovadamente pelo sistema de registro de certificação digital;

5 Preços

5.1 A **CONTRATANTE** pagará pela execução dos valores constantes da Tabela Certificado Digital – Preços Nacionais;


6 Disposições Gerais

6.1 Haverá nova cobrança, por parte da **ECT**, para os casos em que os certificados digitais não forem baixados ou forem perdidos em função de:

6.1.1—Perda ou esquecimento de senha pessoal informada durante a solicitação;

6.1.2—Perda ou esquecimento de senha PIN e/ou da senha PUK do dispositivo de armazenagem (Tokens e Cartões Inteligentes) do certificado digital do tipo A3;

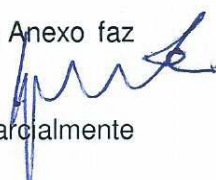
6.1.3—Perda dos dispositivos de armazenagem (Tokens e Cartões Inteligentes), apagamento da chave privada ou formatação definitiva dos dispositivos de armazenagem;

6.1.4—O ônus do novo registro caberá à **Contratante** e será incluído na próxima fatura a ser emitida. 


6.2—Não serão fornecidos certificados digitais em nome de terceiro ou sem a presença do solicitante dos certificados digitais, salvo os casos previstos na legislação da ICP-BRASIL.

6.3—A(s) fatura(s) correspondente(s) ao fornecimento de certificados digitais previstos neste Anexo serão entregues pela ECT à Contratante, conforme subitem (.....) do Contrato do qual este Anexo faz parte;

6.4—O presente Anexo é parte integrante do Contrato celebrado entre a **Contratante** e a **ECT**;

6.5—Ficam ratificadas todas as cláusulas constantes do Contrato do qual este Anexo faz parte para efeitos de cumprimento das bases acordadas entre as partes. 

6.6—Quanto aos aspectos operacionais, este Anexo poderá ser revisto total ou parcialmente a qualquer época, mediante prévio entendimento entre as partes.

6.7—O atendimento ao solicitante de certificados digitais será realizado sob agendamento nas instalações técnicas credenciadas;- 

6.8—O fornecimento de qualquer tipo de dispositivos de armazenagem de certificados digitais, ou seja, tokens, cartões inteligentes, pen drives, CDs ou similares, bem como a

instalação ou manutenção de softwares relacionados a estes dispositivos não são de responsabilidade da **ECT** e não fazem parte do objeto deste Anexo.

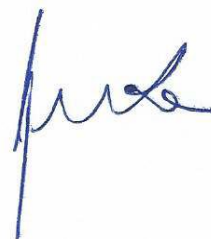
7. Vigência do Anexo

7.1. A vigência inicia-se a partir da inclusão deste Anexo, ficando vigente até:

7.1.1. A data de encerramento do Contrato originário; ou,

7.1.2. Antes da data de encerramento do Contrato originário, por meio de assinatura de Termo Aditivo, conforme descrito no subitem (.....) do Contrato do qual este Anexo faz parte; ou,

7.1.3. O encerramento do convênio entre a ECT e o SERPRO.



APENSO I**1. Identificação de tipos de certificados digitais:**

Para efeito de contrato, a que se refere esse Apenso I, serão comercializados os certificados digitais e-CPF e e-CNPJ tipos A1 e A3.

1.1 Certificado Digital e-CPF A1

Criado para identificar o contribuinte pessoa física na Internet. O e-CPF tipo A1 é um arquivo eletrônico de menor nível de segurança. São gerados e armazenados no computador do usuário e tem validade de 1 ano. Os dados são protegidos por uma senha de acesso. Somente com essa senha é possível acessar, mover e copiar a chave privada a eles associadas.

1.2 Certificado Digital e-CNPJ A1

Criado para identificar o contribuinte pessoa jurídica na Internet. O e-CNPJ tipo A1 é um arquivo eletrônico de menor nível de segurança. São gerados e armazenados no computador do usuário e tem validade de 1 ano. Os dados são protegidos por uma senha de acesso. Somente com essa senha é possível acessar, mover e copiar a chave privada a eles associadas.

1.3 Certificado Digital e-CPF A3

Criado para identificar o contribuinte pessoa física na Internet. O e-CPF tipo A3 é um arquivo eletrônico de nível de segurança médio a alto. São gerados e armazenados em um hardware criptográfico, que pode ser um cartão inteligente ou um token e possuem validade de três anos. Apenas o detentor da senha de acesso pode utilizar a chave privada e as informações não podem ser copiadas ou reproduzidas.

1.4 Certificado Digital e-CNPJ A3

Criado para identificar o contribuinte pessoa jurídica na Internet. O e-CNPJ tipo A3 é um arquivo eletrônico de nível de segurança médio a alto. São gerados e armazenados em um hardware criptográfico, que pode ser um cartão inteligente ou um token e possuem validade de três anos. Apenas o detentor da senha de acesso pode utilizar a chave privada e as informações não podem ser copiadas ou reproduzidas.

